

# Congresso digere pacote

28/11/85, QUINTA-FEIRA • 5

Pela primeira vez, um pacote econômico chegará ao Congresso Nacional sem provocar arrepios nos políticos. Ao contrário, a expectativa da maioria dos parlamentares é de que a reforma fiscal que será enviada, hoje, pelo presidente José Sarney será um passo importante na correção de distorções históricas na distribuição da renda no Brasil. As exposições e explicações dos ministros Dilson Funaro, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, às bancadas do PMDB e do PFL, foram um sucesso. As lideranças da Aliança Democrática estão convencidas de que não terão dificuldades em aprovar o pacote até a quinta-feira da próxima semana.

O problema maior está na obstrução que a bancada do PDS do Senado vem fazendo. Mas isto independe do pacote fiscal. Está vinculada aos entendimentos para a redução do prazo de filiação partidária para os que pretendem concorrer às próximas eleições. O acordo feito ontem à noite deve acabar com a obstrução.

O envio do pacote ao Congresso e seu anúncio pelo presidente José Sarney foram adiados por dois motivos: 1) — A incorporação de algumas sugestões dos parlamentares, como a de que o Imposto de Renda arrecadado em excesso na fonte seja devolvido ao contribuinte em um prazo máximo de 120 dias; 2) — Dar tempo para que as lideranças partidárias fizessem o acordo político, considerado como certo. A noite, o PFL finalmente concordou com a redução do prazo de filiação partidária de 12 para 8 meses.

Os partidos que não participam da Aliança Democrática conhecem as medidas apenas pelo noticiário de jornais. Num comportamento de cautela preferem aguardar o texto para depois se posicionarem. O PT, por exemplo, só tomará uma posição após um parecer de sua assessoria econômica que já está a postos para a tarefa. Os parlamentares, no entanto, não escondem a simpatia por algumas medidas na área fiscal, mas defendem também a criação de dois impostos não incluídos no pacote do Governo — o de Herança e o de Patrimônio. Esta, aliás, foi uma das sugestões recebidas por Funaro. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) a propôs na reunião conjunta das bancadas do PMDB e do PFL. O ministro da Fazenda reconheceu que esta era uma das lacunas do projeto.

As correntes progressistas no Congresso receberam bem as medidas e o discurso de Funaro, especialmente quando relatou a altivez com que o governo brasileiro vem rediscutindo a dívida externa. Um dos maiores críticos das políticas econômicas adotadas nos últimos anos, o deputado Hélio Duque, do PMDB, não poupar elogios às novas medidas econômicas. Ele é um especialista no assunto e uma voz bastante respeitada em seu partido. Há alguns meses, inclusive, renunciou a vice-liderança do Governo por discordar das opções econômicas do então ministro Francisco Dornelles. Agora, satisfeita, observa:

— Há algumas medidas da maior importância que darão um novo rumo à economia, produzindo duas consequências da maior importância — a justiça fiscal e a punição da vagabundagem financeira em benefício do estímulo à atividade realmente produtiva.

Mesmo setores conservadores receberam bem o pacote. O secretário-geral do PMDB, deputado Roberto Cardoso Alves, por exemplo, aplaudiu as medidas de redistribuição de renda, embora tenham encontrado alguns senões como a taxação do *open* e do *over* independentemente do prazo da aplicação.

Mais notícias sobre o pacote na página 6.

## politicamente



Os ministros Funaro e Sayad foram bem recebidos pelas lideranças políticas